

Pós-Brexit: a reterritorialização britânica perante a União Europeia e o Scotexit

*Vinícius Ricardo do Nascimento*¹

Resumo

Este artigo visou abordar os impactos e consequências no Reino Unido após o *Brexit*. Desse modo, a análise parte da saída formal dos britânicos da União Europeia em fevereiro de 2020 buscando abranger os principais fatos que ocorreram após a separação com especial destaque para o eventual risco de saída da Escócia do Reino Unido, que aqui é denominado como "*Scotexit*". O objetivo foi refletir sobre a continuidade do processo de reterritorialização iniciado pelo referendo de 2016 com base nas três dimensões do território de Haesbaert.

Palavras-chave: *Brexit*. *Scotexit*. Reterritorialização.

Post-Brexit: British reterritorialisation before the European Union and the Scotexit

Abstract

This article aimed to address the impacts and consequences in the UK after Brexit. Thus, the analysis is part of the formal departure of the British from the European Union in February 2020 seeking to cover the main facts that occurred after the separation with particular emphasis on the possible risk of Scotland leaving the United Kingdom, which here is called "Scotexit". The objective was to reflect on the continuity of the process of reterritorialization and initiated by the 2016 referendum based on the three dimensions of the territory of Haesbaert.

Keywords: *Brexit*. *Scotexit*. Deterritorialization.

Post-Brexit: la reterritorialización británica ante la Unión Europea y el Scotexit

Resumen

Este artículo tuvo como objetivo abordar los impactos y consecuencias en el Reino Unido después del Brexit. Así, el análisis se enmarca en la salida formal de los británicos de la Unión Europea en febrero de 2020 buscando abarcar los principales hechos ocurridos tras la separación haciendo especial hincapié en el posible riesgo de que Escocia abandone el Reino Unido, lo que aquí se denomina "Scotexit". El objetivo fue reflexionar sobre la continuidad del proceso de reterritorialización iniciado por el referéndum de 2016 a partir de las tres dimensiones del territorio de Haesbaert.

Palabras clave: *Brexit*. *Scotexit*. Reterritorialización.

Introdução

O referendo de 2016 sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia culminou na saída dos britânicos do bloco regional europeu ao qual pertenciam desde 1973. Desse modo, o *Brexit* representou uma cicatriz

¹ Cientista Político, Professor do Governo do Estado de São Paulo.

material e simbólica tanto no tecido jurídico-político europeu quanto na associação de países em blocos na sociedade capitalista globalizada.

O Reino Unido se configura mediante o agrupamento de quatro países (Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte) que juntos constituem um contrato social de união e formam um Estado. De forma similar, dada as devidas proporções, a União Europeia é um bloco constituído na união de vinte e sete países (Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, República da Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, República Tcheca, Romênia e Suécia), ainda que não configurem um único Estado.

Desde o período de transição iniciado em fevereiro de 2020 surgiram questionamentos referentes aos desdobramentos do *Brexit* em diferentes escalas: local, regional e global. A análise aqui presente partiu da visão de que a saída do Reino Unido (RU) da União Europeia (UE) representaria uma reterritorialização para os britânicos com a retomada da soberania plena na dimensão jurídico-política do território, “onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes visto como o poder político do Estado” (HAESBAERT, 2003, p. 13).

Desse modo, tal análise poderia ser dividida em três grandes momentos: (1) o pré-*Brexit*, iniciado a partir da última grande crise neoliberal; ou seja, da crise financeira de 2008 devido à bolha imobiliária nos Estados Unidos (EUA) até a intensificação dos fluxos migratórios de 2015 no continente europeu; (2) o período do referendo de 2016 até a saída formal do Reino Unido em 2020; e (3) o pós-*Brexit*, a partir do período de transição iniciado em 2020.

O momento do pós-*Brexit* é o recorte temporal deste trabalho, e faz-se necessário indicar que esta será uma análise resumida, tendo-se em vista o formato aqui utilizado para o desenvolvimento do raciocínio e também a

proximidade do evento estudado. Os desdobramentos do pós-*Brexit* não se restringem à dimensão jurídico-política do território, pois a saída dos britânicos impactou diretamente indivíduos, empresas e instituições, indo além do âmbito da questão da legalidade e da legitimidade.

Portanto, apesar de compreender o *Brexit* como um processo geopolítico ligado à soberania britânica, suas consequências devem ser expandidas tanto para a dimensão culturalista, que “prioriza a dimensão simbólico-cultural; mais subjetiva, em que o território é visto sobretudo como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre o seu espaço” (HAESBAERT, 2003, p. 13), quanto a dimensão economicista do território, que “ênfatisa a dimensão espacial das relações econômicas, no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho” (HAESBAERT, 2003, p. 13).

Dentro da proposta de análise, surge a ameaça de uma eventual saída da Escócia do Reino Unido, denominado aqui como *Scotexit* – *Scot* de *Scotland* (Escócia) e *exit* de saída; portanto, saída dos escoceses do Reino Unido. Essa questão emerge da votação dos escoceses no referendo do *Brexit* que demonstrou a insatisfação com o rumo das negociações, o que implicou na saída do Reino Unido do bloco da UE. Lembrando que um dos motivos dos escoceses terem votado no referendo de 2014 pela permanência no Reino Unido estava exatamente a participação britânica no bloco europeu.

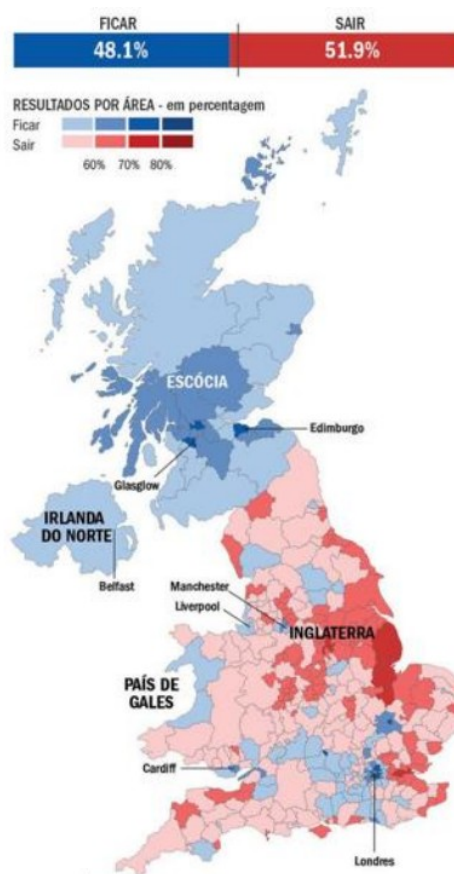
Paralelamente foram analisadas as primeiras impressões da separação conforme o resultado do acordo entre as partes envolvidas e o contexto pandêmico do Sars-CoV-2 que assolou o globo e que repentinamente potencializou os impactos do *Brexit*. A questão da invasão da Rússia na Ucrânia em 2022 não estaria diretamente no escopo da análise; entretanto, se for levado em consideração que esse conflito teve início em 2014 com a tomada da Crimeia pelos russos, então se fez possível apontar algumas observações em consonância com o pós-*Brexit*.

Pós-Brexit e Scotexit: novas territorializações

O resultado do referendo do Brexit em que 51,89% dos britânicos votaram pela campanha do “*leave*” (saída da UE) abriu um precedente em relação ao processo de integração econômica regional dos europeus, uma vez que os principais argumentos que levaram os eleitores britânicos a votarem pela separação foram, respectivamente, a retomada da soberania nacional e a interrupção dos fluxos migratórios (BIARDEAUD, 2017).

Entretanto, a pequena margem de vantagem na votação pró-*Brexit* demonstrou uma sociedade britânica fragmentada, conforme é possível observar no mapa abaixo:

Figura 1: resultado do *Brexit* estratificado no território britânico



Fonte: VEJA. **Londres e outras capitais queriam ficar na UE, mas interior venceu.**
Disponível em: <Londres e outras capitais queriam ficar na UE, mas interior venceu | VEJA (abril.com.br)> . Acesso em: 02 jul. 2021.

Uma ponderação importante deve ser feita com base na análise cartográfica acima: ao passo que a Escócia votou alinhada no mesmo objetivo de permanecer na UE, a Inglaterra apresentou contrastes significativos entre o interior e as principais cidades do país. A retomada da soberania britânica no âmbito jurídico-político não simboliza uma união plena dos países do Reino Unido.

Assim, o maior risco à soberania britânica talvez não esteja do outro lado do Canal da Mancha, mas no seu vizinho ao norte. A Escócia espera voltar a integrar a União Europeia como nação independente após o *Brexit*, segundo crítica da primeira-ministra escocesa Nicola Sturgeon do SNP – Partido Nacional Escocês.²

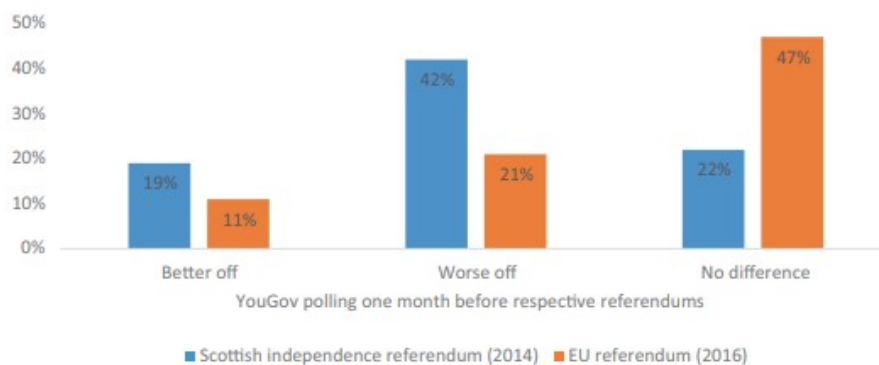
Nesse cenário futuro de reconfiguração territorial aparenta haver uma inversão nas motivações territoriais envolvidas. Se o *Brexit* representaria uma predominância da dimensão jurídico-política, no *Scotexit* as dimensões dominantes para a decisão parecem estar mais nos aspectos culturalistas e economicistas do território, conforme definições de Haesbaert (2003).

A partir do Gráfico 1, percebe-se a percepção dos eleitores escoceses tanto no referendo de independência da Escócia (em azul), ocorrido em 2014, quanto no referendo de saída dos britânicos da UE de 2016 (em laranja).

Foi feita a seguinte pergunta para os entrevistados um mês antes dos respectivos referendos: você acha que pessoalmente estaria financeiramente melhor ou pior se (a Escócia se tornasse um país independente / o Reino Unido saísse da União Europeia) ou não faria diferença? Analisando os dados referentes à independência da Escócia, 19% dos entrevistados opinaram que estariam melhor financeiramente contra 42% que tinham a percepção de que ficariam pior financeiramente numa Escócia independente, com 22% que disseram não haver diferença (GLENCROSS, 2016).

² ESCÓCIA ESPERA 'VOLTAR' À UE COMO NAÇÃO INDEPENDENTE APÓS BREXIT. **Uol**, 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2021/01/02/escocia-espera-voltar-a-ue-como-nacao-independente-apos-brexit.htm>>. Acesso em: 02 jan. 2021.

Gráfico 1 - Comparativo entre o voto escocês no referendo de independência da Escócia e no referendo do Brexit



Fonte: GLENCROSS, Andrew. **Why the UK Voted for Brexit: David Cameron's Great Miscalculation**. London: Palgrave Macmillan, 2016.

Já no referendo do *Brexit*, apenas 11% indicaram que estariam melhor financeiramente contra 21% dos entrevistados que apontaram que estariam pior financeiramente com o *Brexit*. Porém, o que chama a atenção é o fato de quase metade dos entrevistados opinarem que a saída britânica da UE não os impactaria financeiramente. Os 47% daqueles que apontaram não ter diferença foi maior do que as percepções positivas e negativas somadas (GLENCROSS, 2016). Esse dado poderia expressar uma certa apatia dos entrevistados com relação ao tema. Mas também expressa uma diferença de visão de mundo entre escoceses e britânicos que pode ter um papel importante no pós-*Brexit*.

É importante ressaltar que 62% dos escoceses optaram por permanecer no bloco europeu na votação de 2016, segundo o infográfico do Guia do Estudante (2017). Aliás, o *Brexit* contrariou a vontade não somente da Escócia, mas também da Irlanda do Norte cujo resultado foi de 56% favorável à permanência no bloco europeu. A situação irlandesa tem a particularidade de divisão do território insular com a República da Irlanda (Estado-membro da UE).

Em 2014 (dois anos antes do *Brexit*) houve uma votação sobre a independência da Escócia em relação ao Reino Unido, cujo resultado foi de 55% dos escoceses votando pela permanência. O contexto pós-*Brexit* configuraria um outro momento e a conjuntura reforçaria o desejo de independência, o que poderia se transformar em um processo de soberania escocesa. Segundo reportagem do portal Uol, “de acordo com a última pesquisa realizada pelo instituto Savanta ComRes para o jornal Scotsman em meados de dezembro, 58% dos escoceses agora apoiam uma ruptura com o Reino Unido, um resultado sem precedentes.”³

Com base nos dados obtidos no livro *The EU's Crisis Decade: Reflecting on EU Capitalism and Governance* (LUO, 2020), notou-se que o eleitorado contra o *Brexit* era formado por jovens, com alta escolaridade e oriundos das classes médias e altas; em oposição, o eleitorado pró-*Brexit* era composto por trabalhadores manuais e desempregados com menor nível de escolaridade e com uma alta faixa etária. Geograficamente, a divergência maior esteve entre escoceses e ingleses. Não é possível afirmar categoricamente que o *Scotexit* acontecerá, mas não seria exagero interpretar um crescimento do desejo de separação por parte dos escoceses com base nos dados observados. A somatória dos fatos, desde o referendo escocês de 2014, passando pelo referendo do *Brexit* em 2016, poderia levar a Escócia a pleitear a independência no pós-*Brexit*.

Vale destacar que a primeira-ministra escocesa, Nicola Sturgeon, anunciou em junho de 2022 o plano para um segundo referendo de independência em 2023. O então primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, não demonstrou sinais de concordância, mas a queda dele do cargo poderia representar uma janela de oportunidade para um novo referendo. Segundo o governo escocês, o objetivo do SNP é tornar a Escócia um país independente e membro da União Europeia.⁴

³ *Ibidem*.

⁴ PRIMEIRA-MINISTRA DA ESCÓCIA REATIVA CAMPANHA PARA SER INDEPENDENTE DO REINO UNIDO. **Folha de São Paulo**, 2022. Disponível em: <[Escócia pode votar referendo de independência em 2023 - 28/06/2022 - Mundo - Folha \(uol.com.br\)](https://www.folha.com.br/escocia-pode-votar-referendo-de-independencia-em-2023-28/06/2022-mundo-folha-uol.com.br)>. Acesso em: 06 ago.

Inclusive, o governo escocês lançou o primeiro de uma série de dez documentos que defendem a ruptura com o Reino Unido. O primeiro documento “analisa o desempenho de dez países europeus, entre os quais Irlanda, Suíça e Bélgica, mostrando como são ‘mais prósperos, mais justos e mais produtivos do que o Reino Unido’, segundo a líder independentista”.⁵ Ainda conforme a reportagem, outros documentos serão lançados abordando aspectos como moeda, finanças públicas, comércio, segurança social, defesa e adesão à União Europeia.

Por fim, é possível acrescentar que houve um referendo em 1979 que estipulava a criação de uma Assembleia escocesa se o referendo tivesse apoio de metade dos votos (o mesmo ocorreu no País de Gales). Embora 52% tenham votado a favor, isso representou apenas 32,9% do eleitorado, de modo que a Assembleia não foi criada.⁶ A troca de um governo trabalhista por um conservador também ajudou a emperrar o projeto na época, retornando à pauta em 1997 para nova votação em que o sim venceu novamente, abrindo espaço para a criação de um Parlamento escocês.

Primeiras impressões de um divórcio litigioso: impactos da separação entre RU e UE no pós-*Brexit*

O *Brexit* seria um processo multidimensional, pois envolve elementos da dimensão jurídica, política, cultural e econômica. Não somente isso, seria possível afirmar que o mesmo foi um processo polimórfico, pois teve impacto socioespacial nos quatro conceitos da estrutura TLER de Brenner (2018): (T) Território; (L) Lugar; (E) Escala; e (R) Redes.

Novamente tem-se a centralidade do território, aqui entendido como o território britânico tanto no sentido material quanto simbólico (HAESBAERT, 2022).

⁵ GOVERNO DA ESCÓCIA QUER NOVO REFERENDO SOBRE A INDEPENDÊNCIA EM 2023. **Euronews**, 2022. Disponível em: <[Governo da Escócia quer novo referendo sobre a independência em 2023 | Euronews](#)>. Acesso em: 06 ago. 2022.

⁶ THE 1979 REFERENDUMS. **BBC**, 1997. Disponível em: <[Scottish Referendums \(bbc.co.uk\)](#)>. Acesso em: 06 ago. 2022.

2004), aplicado ao espaço geográfico e às relações socioespaciais em diferentes escalas, mas conectadas por meio das redes da globalização. Os principais impactos negativos sobre o Reino Unido desde o *Brexit* seriam na dimensão economicista do território.

No pós-*Brexit*, a questão da economia seria o maior obstáculo para os britânicos em um cenário de independência jurídico-política com relação à União Europeia. Tendo retomado a soberania nacional, o próximo passo seria a retomada do equilíbrio financeiro.

O *Brexit* poderá provocar uma reconfiguração da dinâmica territorial do RU, que não seria algo novo em sua história. Em 1707 ocorre a união entre Inglaterra e Escócia; e o Ato da União de 1800 incorpora a Irlanda. Mas a primeira fragmentação territorial ocorre em 1922 com a independência do Estado Livre Irlandês (posteriormente, República da Irlanda) (MARTILL; STAIGER, 2018).

Caso o referendo escocês realmente aconteça em 2023 e os eleitores optem pela independência da Escócia, haverá uma reconfiguração importante no pós-*Brexit*. O *Scotexit* seria, portanto, um novo processo de fragmentação territorial na visão dos britânicos.

Diante da conexão entre os fatos em uma economia globalizada, se fez necessário ampliar a análise para além da questão da Escócia para refletirmos sobre as consequências do pós-*Brexit* para os demais atores envolvidos no processo de separação.

O pós-*Brexit* poderia representar uma maior integração da UE27 (os vinte e sete Estados-membros que permaneceram no bloco europeu). A nova configuração propiciada pelo *Brexit* ocasionado na União Europeia poderia se tornar um fator positivo na tentativa de reforçar a identidade comum europeia em um bloco regional democrático onde qualquer integrante pudesse optar por se retirar assim como fez o Reino Unido. Com relação a Gibraltar (território ultramarino britânico situado na Europa continental), o governo do

Reino Unido evitou um impasse de última hora ao realizar um acordo com o governo espanhol para manter a fronteira de Gibraltar aberta.

Ademais, após a invasão russa no território ucraniano, houve uma tendência de fortalecimento das relações entre os países da Europa Ocidental, reforçando assim a cooperação na dimensão militar do território europeu. A própria Ucrânia reiterou o desejo de integrar tanto a UE quanto a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Após as ameaças à soberania nacional, Suécia e Finlândia (ambos Estados-membros da União Europeia) também demonstraram interesse em integrar a OTAN, sendo convidadas formalmente pela instituição militar supranacional.⁷

A ameaça russa, iniciada em 2014 com a tomada da Crimeia, foi tensionada após a invasão da Ucrânia em 2022; com isso, as peças do xadrez geopolítico foram movimentadas. A questão da soberania nacional parece ecoar forte neste conflito bélico europeu. Há de se lembrar dos casos de envenenamento de ex-espões russos em solo inglês, com a suspeita de envolvimento do governo de Moscou.⁸

O desafio do bloco europeu seria permanecer uma instituição supranacional jurídico-política suficientemente democrática, tal qual o lema de “unidade em diversidade”, a ponto de angariar a legitimidade das populações dos diferentes Estados-membros e assim mitigar a oposição eurocética⁹. Com isso, o *Brexit* poderia simbolizar uma aparente flexibilização para a união dos países; ou seja, uma maior integração, de fato, na UE. Martill e Staiger afirmam que:

7 OTAN CONVIDA FORMALMENTE FINLÂNDIA E SUÉCIA PARA INTEGRAR ALIANÇA. **G1**, 2022. Disponível em: <[Otan convida formalmente Finlândia e Suécia para integrar aliança | Mundo | G1 \(globo.com\)](#)>. Acesso em: 17 jul. 2022.

8 O QUE SABEMOS SOBRE O NOVO CASO DE ENVENENAMENTO NA INGLATERRA. **Exame**, 2018. Disponível em: <[O que sabemos sobre o novo caso de envenenamento na Inglaterra | Exame](#)>. Acesso em: 17 jul. 2022.

9 Aquele que se opõe à integração do seu país na União Europeia, ou que duvida das boas intenções da mesma.

Na esteira do Brexit, a integração sustentável pode ser vista como um truísmo: integração significa permanecer junto ao longo do tempo, por definição. Exceto que não é. A integração só é sustentável se significa ficarmos juntos ao longo do tempo por escolha. A ideia de que os povos da Europa podem exercer o seu direito de sair democraticamente, se assim o desejarem, é uma coisa verdadeiramente boa. Tal direito de saída é o que torna a UE uma União (se você quiser chamá-la federal ou não) em vez de um estado federal. Integração sustentável então começa evitando a desintegração, afirmando em alto e bom som para o mundo e para nós mesmos que a UE veio para ficar, mesmo se (e talvez porque) seus povos, como o Reino Unido, são livres para partir. (MARTILL; STAIGER, 2018, p. 214).

Pensando no cenário pós-*Brexit*, os mesmos autores apontaram sete possíveis ameaças futuras:

Todas as ameaças a seguir parecem suficientemente prováveis e custosas para esses valores, exigindo medidas preventivas:

- (i) a exclusão do Reino Unido do comércio favorável, segurança e oportunidades de investigação de que usufruem outros Estados-Membros da UE;
- (ii) o desmembramento do Reino Unido como comunidade política e o retorno de terrorismo na Irlanda do Norte;
- (iii) isolacionismo e protecionismo comercial dos EUA, levando ao colapso de a ordem internacional do pós-guerra;
- (iv) agressão russa na Europa Oriental;
- (v) migração em grande escala - dezenas de milhões por ano - para o sul da Europa;
- (vi) uma grande crise bancária e de dívida na Itália;
- (vii) terrorismo doméstico em grande escala como consequência da implosão dos estados do Oriente Médio e do Norte da África e o fracasso em integrar as populações minoritárias islâmicas existentes. (MARTILL; STAIGER, 2018, p.43).

As ameaças apontadas acima parecem possíveis em certo grau, mas devem ser analisadas em sua individualidade, pois dificilmente ocorreria um cenário de totalidade das partes. No item (i), por exemplo, as tratativas comerciais entre RU e UE foram elaboradas e não indicam uma exclusão direta do RU no comércio mundial ou mesmo nas oportunidades, apesar da desvantagem para os britânicos após a saída do bloco europeu.

A questão da segurança, presente no item (ii), poderia receber um contra-argumento perante a manutenção do Reino Unido na OTAN, apesar da possibilidade do *Scotexit* representar uma ameaça de desmembramento do

RU, assim como uma eventual saída da Irlanda do Norte. Ao menos, no pós-*Brexit* a curto prazo, a questão das Irlandas não representaria um risco devido ao acordo da fronteira seca entre os dois países incluso nas negociações.

O item (iii) teria perdido força com a eleição de Biden nos EUA. A queda de Trump afastaria um pouco do isolacionismo e protecionismo comercial que vinha sendo adotado pelos estadunidenses. Ademais, os EUA poderiam ser o maior parceiro dos britânicos com a saída do RU da UE.

Já a ameaça russa no Leste Europeu, presente no item (iv), permanece uma constante desde a anexação da Crimeia pela Rússia em 2014. Essa é uma preocupação histórica que remonta aos tempos da União Soviética e que ganhou força com a manutenção de Putin na presidência do país e, posteriormente, com a invasão da Ucrânia. Portanto, esta seria uma ameaça potencial à ordem mundial e deveria ser observada de perto no pós-*Brexit*.

A escalada dos fluxos migratórios ao sul do velho continente apresentada no item (v), seria uma possibilidade plausível tendo-se em vista a constante crise global do sistema-mundo. Agora com os fluxos migratórios oriundos do Leste Europeu, especialmente de ucranianos após a invasão russa. Novamente se teria um ponto de atenção a ser acompanhado. Refletindo especificamente sobre a Escócia, o país se mostrou mais receptível às questões de integração e imigração do que, por exemplo, a Inglaterra. Seria necessário verificar as legislações desses países sobre o tema em um cenário de independência da Escócia.

As questões presentes no item (vi) crise bancária e dívida italiana; e item (vii) escalada do terrorismo doméstico, são possibilidades que não poderiam ser descartas, mas que não estariam entre as principais pautas referentes ao pós-*Brexit*.

Uma alternativa para ao RU pós-*Brexit* poderia ser uma parceria comercial mais estreita entre os Estados-membros do *Commonwealth*¹⁰. Outra via possível seria estreitar as relações econômicas com os Estados-membros

10 Comunidade das Nações: organização intergovernamental composta por 53 países-membros independentes.

da Associação Europeia de Comércio Livre, formada pela Noruega, Suíça, Islândia e Liechtenstein (todos países europeus que não pertencem à União Europeia), além da manutenção das relações econômicas com a União Europeia. Ademais, acordos de segurança e defesa comuns permaneceriam fundamentais tanto para o RU quanto para a UE nessa nova conjuntura.

Um eventual retorno dos britânicos ao bloco regional europeu seria improvável a curto prazo, especialmente com o Partido Conservador no comando do Parlamento britânico; porém, a queda de Boris Johnson em 2022 poderia ser um ingrediente favorável àqueles de desejam o retorno. Vale lembrar que o último parágrafo do Artigo 50 do Tratado de Lisboa prevê uma nova solicitação de adesão ao bloco europeu do Estado-membro que se retirou, submetendo-se ao procedimento estabelecido no Artigo 49 (COMISSÃO EUROPEIA, 2020).

Os impactos da ruptura do *Brexit* foram ainda sentidos de forma implícita na disputa de narrativa em torno das possíveis reações da vacina da Oxford/AstraZeneca¹¹ em um contexto pandêmico na disputa por espaço no mercado com as concorrentes europeias Pfizer/BioNTech e Sputnik V.

Já em 2021, os britânicos sentiriam os sintomas da separação por meio do desabastecimento dos estoques de supermercados e restaurantes, causado pela falta de caminhoneiros.¹²

Considerações finais

Pode-se concluir que o *Brexit* foi um processo multidimensional e polimórfico dentro da categoria de análise do território imerso na geopolítica contemporânea. Os desdobramentos da saída do RU da UE ainda estão em andamento, de modo que aqui foi realizado um pequeno compilado das

11 A Agência Europeia de Medicamentos (EMA) informou em 2021 que havia encontrado possíveis ligações entre a vacina AstraZeneca/Oxford e uma rara formação de coágulos sanguíneos. No entanto, a agência europeia ressaltou não ter encontrado nenhum fator de risco específico ligando a vacina aos coágulos.

12 DE FRANGO A DOCES, DESABASTECIMENTO DE PRODUTOS AFETA REINO UNIDO. Estadão, 2021. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral.de-frango-a-doces-desabastecimento-de-produtos-afeta-reino-unido>>. Acesso em: 06 set. 2021.

primeiras impressões a curto prazo do pós-*Brexit*. Dentre as principais consequências é possível apontar para o Reino Unido a ameaça de uma eventual saída da Escócia, no processo aqui denominado *Scotexit*. Este pode vir a ser o efeito indesejado do distanciamento de Westminster (símbolo da capital política britânica) de Bruxelas (capital política da União Europeia).

Foi possível verificar alguns impactos econômicos no solo britânico. Mas, em contrapartida, haveria um alinhamento dos britânicos na questão militar e geoestratégica com os Estados-membros do bloco europeu, especialmente como integrante da OTAN, conforme observado na guerra da Ucrânia após a invasão russa.

As motivações do *Brexit* demonstrariam a centralidade da dimensão jurídico-política; entretanto, o principal impacto para os britânicos após a formalização do rompimento residiria na dimensão economicista do território. Se o *Brexit* representaria a retomada da soberania para os britânicos, por outro lado também representa para a União Europeia seu primeiro caso de retração da abrangência territorial, numa história que havia se acostumado com a constante expansão, especialmente com um rápido alargamento após a queda do muro de Berlim (1989).

Sob o ponto de vista da União Europeia, além da perda de um Estado-membro também ocorrem prejuízos nas dimensões culturalista e economicista; ou seja, no enfraquecimento do sentimento de pertencimento e na sensação de perda de um mercado importante. Nesse sentido, caberia ao bloco europeu reforçar os laços entre os Estados-membros e a dependência mútua inerente ao sistema-mundo globalizado para evitar uma eventual debandada de outros integrantes.

Com relação ao Reino Unido, ficaria o desafio de manter a união e coesão dos quatro Estados-membros, manobrando especialmente a insatisfação dos escoceses com relação às consequências do pós-*Brexit* para impedir assim um eventual movimento de saída da Escócia (*Scotexit*).

Referências

BIARDEAUD, Juliette Ringeisen-. **Let's take back control: Brexit and the Debate on Sovereignty**. Revue Française de Civilisation Britannique [Online], XXII-2 | 2017, Online since 30 May 2017, connection on 31 May 2017. URL: <http://rfcb.revues.org/1319>.

BRENNER, Neil. **Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica** / Neil Brenner. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018.

BBC. **The 1979 Referendums**. Disponível em: <[Scottish Referendums \(bbc.co.uk\)](http://bbc.co.uk)>. Acesso em: 06 ago. 2022.

COMISSÃO EUROPEIA. **Acordo de Saída entre a União Europeia e o Reino Unido**. Disponível em: <https://ec.europa.eu/info/european-union-and-united-kingdom-forging-new-partnership/eu-uk-withdrawal-agreement_pt>. Acesso em: 20 dez. 2020.

EURONEWS. **Governo da Escócia quer novo referendo sobre a independência em 2023**. Disponível em: < [Governo da Escócia quer novo referendo sobre a independência em 2023 | Euronews](#)>. Acesso em: 06 ago. 2022.

EXAME. **Brexit: quem votou a favor ou contra a saída britânica da UE**. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/brexit-quem-votou-a-favor-e-contra-a-saida-britanica-da-ue/>>. Acesso em: 24 set. 2019.

GLENCROSS, Andrew. **Why the UK Voted for Brexit: David Cameron's Great Miscalculation**. London: Palgrave Macmillan, 2016.

GUIA DO ESTUDANTE. **Atualidades 1º semestre (2017)**. Disponível em: <[Guia do estudante atualidades 1º semestre \(2017\) by Sandro Baldez - Issuu](#)>. Acesso em: 02 jul. 2021.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Boletim Gaúcho de Geografia, vol. 29, nº1, p. 11-24: Porto Alegre, 2003.

_____. **Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade**. Porto Alegre, setembro de 2004.

LUO, Chih-Mei. **The EU's Crisis Decade: Reflecting on EU Capitalism and Governance**. New Taipei City: Palgrave Macmillan, 2020.

MARTILL, B. and STAIGER, U. (eds). 2018. **Brexit and Beyond: Rethinking the Futures of Europe**. London: UCL Press.